

Panorama atual de um patrimônio em risco: paisagem cultural e arquitetura popular rural de Joinville (SC)

Anne Elise Rosa Soto

Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville (Univille)

<https://orcid.org/0009-0003-0263-6854>

E-mail: annesoto@yahoo.com.br

Roberta Barros Meira

Doutora em História econômica – Professora adjunta - Universidade da Região de Joinville (Univille)

<https://orcid.org/0000-0001-7739-216X>

E-mail: rbmeira@gmail.com

Mariluci Neis Carelli

Doutora em Engenharia de Produção – Professora titular – Universidade da Região de Joinville (Univille)

<https://orcid.org/0000-0002-0107-383X>

E-mail: mariluci.carelli@gmail.com

Resumo: O município de Joinville, localizado na região nordeste de Santa Catarina, integrou os Roteiros Nacionais de Imigração, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que desencadearam diversos processos de tombamento federais e estaduais de propriedades rurais, iniciados nos anos 2000. O estado catarinense tem significativa participação nesse projeto. Como a maior cidade, em população, de Santa Catarina e sendo reconhecida por ser industrial, Joinville conta, em parte expressiva de seu território, com a presença de atividades rurais e paisagens culturais relacionadas à agricultura familiar, principalmente aquelas realizadas nas pequenas propriedades rurais. O presente artigo teve como objetivo central analisar o patrimônio cultural rural de Joinville em uma perspectiva integrada, considerando a arquitetura popular como parte da paisagem cultural. Ademais, buscou-se neste texto incluir alguns apontamentos sobre a legislação local vigente sobre o tema. O artigo pretende apontar para o espaço secundário dado ao patrimônio rural da cidade, que, relegado a um segundo plano, sofre o risco de se transformar em ruína. A metodologia deste artigo teve como base a pesquisa bibliográfica e documental acerca do patrimônio local, da história e das transformações da área rural de Joinville. Acredita-se que este trabalho poderá contribuir para as futuras ações e políticas públicas acerca do tema com um olhar mais abrangente, diverso e sensível.

Palavras-chave: paisagem cultural; arquitetura popular; patrimônio cultural rural; patrimônio em risco.

Current Overview Of A Heritage At Risk: Cultural Landscape And Rural Popular Architecture Of Joinville (Sc)

Abstract: Joinville city, located in the northeast region of Santa Catarina, Brazil, was included in the National Immigration Routes of the National Historic and Artistic Heritage Institute, which triggered several federal and state processes of listing rural properties, which began in the 2000s. Santa Catarina state has a significant participation in this project. As the largest city in Santa Catarina in terms of population and recognized for its industrial status, Joinville has a significant part of its territory with rural activities and cultural landscapes related to family farming, mainly those carried out on small rural properties. The main objective of this article was to analyze the rural cultural heritage of Joinville from an integrated perspective, considering popular architecture as part of the cultural landscape. In addition, this text sought to include some notes on the local legislation in force on the subject. The article intended to point out the secondary space given to the city's rural heritage, which, relegated to the background, runs the risk of becoming ruins. The methodology of this article was based on bibliographic and documentary research on local heritage, history and transformations in the rural area of Joinville. It is believed that this work may contribute to future actions and public policies on the subject with a more comprehensive, diverse and sensitive view.

Keywords: cultural landscape; popular architecture; rural cultural heritage; heritage at risk.

Introdução

O município de Joinville, localizado na região nordeste de Santa Catarina, integrou os Roteiros Nacionais de Imigração, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que desencadearam diversos processos de tombamento federais e estaduais de propriedades rurais, iniciados nos anos 2000. O estado catarinense tem significativa participação nesse programa (Soto; Meira; Carelli, 2023). Quanto às ações de preservação voltadas à área rural local, para além de alguns dos tombamentos existentes, situados principalmente na região da antiga Estrada Dona Francisca, resultado de décadas de estudos e inventários do Iphan e da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), a maior parte dos bens foi cadastrada como unidade de interesse de preservação no âmbito municipal. Essas unidades eram protegidas por um frágil instrumento administrativo (listagem) da prefeitura de Joinville, porém esse instrumento há alguns anos deixou de ser considerado um mecanismo de proteção, desde a gestão do prefeito Udo Döhler¹.

Sobre o que são os RNI, Pistorello (2015, p. 48) resume:

O Projeto Roteiros Nacionais de Imigração é, de forma geral, um projeto de salvaguarda do patrimônio do imigrante de alguns grupos étnicos considerados pelo Iphan como significativos dos processos migratórios no estado de Santa Catarina (alemães, italianos, poloneses e ucranianos); e que, por meio de proteção federal, estadual e municipal, podem se tornar atrativos turísticos, com a instituição de roteiros.

Apesar de o projeto sugerir a proposição de um ou mais roteiros, não foi o que ocorreu efetivamente. Não obstante os tombamentos em Santa Catarina terem sido realizados, não houve a continuidade do projeto, com o devido desenvolvimento e comunicação que tornassem acessíveis as informações necessárias para que o público pudesse percorrer esses tombamentos como roteiros de fato.

Entretanto, antes de dar início à análise proposta, é importante destacar previamente os conceitos utilizados quanto à arquitetura popular e à paisagem cultural, assim como um conciso histórico do avanço de suas abordagens ao longo das últimas décadas. A Carta de Veneza, importante documento norteador da área da preservação do patrimônio cultural,

¹ “Os levantamentos de edificações de valor histórico, iniciados na década de 1980, e suas atualizações ao longo da década de 1990 deram origem ao cadastro de Unidades de Interesse de Preservação – UIP. Este cadastro tem a função de destacar e indicar unidades de preservação em potencial sem, no entanto, se constituir obrigatoriamente na proteção legal das mesmas, assim como não implica em que outros bens que não estejam ali arrolados venham a ser objeto de tombamento” (Althoff, 2008, p. 120).

publicada em 1964, foi a primeira carta patrimonial a considerar as “obras modestas” como “monumentos históricos”, tais como as propriedades rurais e os exemplares da arquitetura popular a serem estudados na presente pesquisa, já no seu 1.º artigo:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o *sítio urbano ou rural* que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, *mas também às obras modestas*, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (*apud* Cury, 2004, p. 92, grifo nosso).

Trinta e cinco anos depois, a Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo, ratificada na 12.ª Assembleia-Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, na Cidade do México, em outubro de 1999, surgiu com o intuito de complementar a Carta de Veneza e trouxe avanços necessários quanto aos princípios norteadores para a conservação e proteção da arquitetura popular tradicional. Nela são descritas as características das “construções vernáculas ou tradicionais”:

I. PRINCÍPIOS GERAIS

1. As construções vernáculas ou tradicionais apresentam as seguintes características: a) um modo de construir emanado da própria comunidade; b) um caráter marcadamente local ou regional em resposta ao meio ambiente; c) uma coerência de estilo, de forma e de aspecto, bem como o uso de tipos arquitetônicos tradicionalmente estabelecidos; d) um conhecimento tradicional da composição e da construção, que é transmitido de modo informal; e) uma resposta eficaz às necessidades funcionais, sociais e ambientais; f) uma aplicação eficaz das técnicas tradicionais da construção. (Icomos, 1999).

A importância da relação entre esse tipo de patrimônio edificado e a paisagem cultural fica evidente no item II do documento.

II. PRINCÍPIOS DE CONSERVAÇÃO

[...]

3. O patrimônio vernáculo raramente se exprime através de edificações isoladas. Será, pois, melhor conservado se forem mantidos e preservados os conjuntos e os povoados representativos de cada região.

4. O patrimônio construído vernáculo é parte integrante da paisagem cultural e essa relação deve ser tomada em consideração na preparação de programas de conservação.

5. O patrimônio vernáculo abrange, não apenas as formas e os materiais dos edifícios, estruturas e espaços, mas também o modo como estes elementos são

usados e interpretados pelas comunidades e ainda as tradições e expressões intangíveis que lhes estão associadas (Icomos, 1999, grifo nosso).

Não obstante a carta patrimonial supracitada, assim como alguns referenciais teóricos, utilize a expressão *patrimônio construído vernáculo*, é importante abrir parênteses nesse momento e mencionar que, apesar do emprego usual dos termos *vernacular* e *popular* para temas e definições semelhantes, Weimer (2012) afirma que a expressão *arquitetura vernacular* não é utilizada da forma correta no Brasil, pois se origina da língua inglesa (*vernacular architecture*) e não é reconhecida pelos portugueses, os quais preferem denominar a arquitetura tradicional que não é concebida por arquitetos como *arquitetura popular*. Ainda segundo o autor, o termo *arquitetura popular* é mais coerente com a realidade brasileira, por representar as manifestações de autoconstrução das classes populares.

Salienta-se, então, que as duas expressões são utilizadas, a depender das referências bibliográficas usadas, uma vez que ambas se referem ao mesmo tipo de arquitetura, com preferência pelo termo *arquitetura popular*, por uma questão etimológica e de afinidade conceitual.

Weimer (2012) também destaca as principais características gerais da arquitetura popular brasileira, as quais fundamentam as análises da presente pesquisa e são apontadas aqui resumidamente:

- a simplicidade, por ser o resultado da utilização dos materiais fornecidos pelo meio ambiente;
- a adaptabilidade, que pode ser exemplificada pela adaptação feita pelos imigrantes provenientes de climas mais frios para as condições do clima brasileiro;
- a criatividade em termos de imaginação formal e no emprego de materiais de construção;
- a forma plástica como resultado, entre outros, da técnica e dos materiais empregados;
- o resultado de uma trajetória multissecular e de profundo respeito às tradições culturais do grupo.

Voltando ao tema da paisagem cultural, tratando-se das cartas patrimoniais, na década de 1990, o conceito foi consolidado na Recomendação Europa (1995), que definiu:

Expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definidos, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos. Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto, é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições (Cury, 2004, p. 331-332).

Mas somente em abril de 2009, portanto depois do lançamento dos RNI, foi publicada pelo Iphan a Portaria n. 127/09, que estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira, com a seguinte definição em seu artigo 1.º: “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Iphan, 2009). Hoje, depois de passados alguns anos de experiência, a visão ampliou-se, como é possível verificar nos Princípios para a Abordagem e Aplicação do Conceito de Paisagem Cultural da *Recomendação sobre reconhecimento, planejamento e gestão de paisagens culturais* de 2024 do Icomos Brasil², com destaque para:

DIVERSIDADE DE OBJETOS E TEMAS: as paisagens culturais expressam a diversidade sociocultural impressa aos territórios e são, portanto, o bem cultural mais amplo, completo e abrangente de todos, por isto podem ser: naturais, ambientais, rurais, urbanas, periurbanas, centrais, industriais, da mineração, vernaculares, aquáticas, subterrâneas, aéreas, projetadas pelo homem, construídas coletivamente por grupos sociais e associadas às práticas e tradições culturais (festivas, místicas, religiosas, aos saberes e fazeres e às manifestações artístico-culturais). Podem, ainda, expressar as relações, misturas, simbioses e palimpsestos entre diversas delas, podem ser homogêneas ou heterogêneas (Icomos Brasil, 2024).

² O documento cita a experiência da chancela da paisagem cultural dos Roteiros da Imigração em Santa Catarina e o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Paisagem Cultural de Paranapiacaba (SP) como “experiências pioneiras no Brasil, sobretudo quanto às articulações intergovernamentais e integração de políticas patrimoniais, territoriais urbano-ambientais, socioeconômicas e participativas” (Icomos Brasil, 2024).

Apesar de serem evidentes no documento brasileiro de 2024 uma maior amplitude de compreensão, dinamicidade do conceito de paisagem cultural, é importante estar alerta para o que Laurajane Smith chama de Discurso Autorizado do Patrimônio – DAP³:

(...)há muitos discursos e muitas formas diferentes de definir o patrimônio. Esses discursos diferem entre nações, grupos e famílias linguísticas, entre grupos comunitários subnacionais e assim por diante. No entanto um discurso dominante desenvolvido no contexto europeu predominou nas definições internacionais e foi incorporado nas cartas da Unesco, do Icomos, em convenções e recomendações... Esses documentos, claro, ajudam a definir o que é ou não aceitável nas práticas de gestão e conservação do patrimônio. Estas, por sua vez, funcionam para autorizar o discurso (Smith, 2023, p. 127).

Portanto, para além do que dizem os documentos nacionais e internacionais, ou a portaria do Iphan, este artigo busca utilizar uma perspectiva contemporânea dos conceitos de patrimônio cultural, entendido aqui como “uma prática performativa que negocia o significado do passado ao remeter a problemas sociais no presente.” (Smith, 2021, p. 143), e basear-se em conceitos sobre paisagem cultural com olhares multidisciplinares mais abrangentes, de teóricos como o filósofo Jean-Marc Besse (2014), que trabalha com a relação entre paisagem, ambiente e cultura contemporânea:

É necessário pensar a pluralidade e a coexistência das espacialidades, das formas de espaço, dos regimes culturais e sociais da espacialidade, em relação à pluralidade dos horizontes de sentidos e dos regimes de percepção onde eles se definem. Esta diversidade atravessa igualmente as paisagens, as concepções que podemos ter, as maneiras de percebê-las, bem como as maneiras de fabricá-las (Besse, 2014, p. 242).

O autor traz, em seus escritos, uma aproximação entre a filosofia e a geografia, com base nas experiências dos humanos com a paisagem,

como o conjunto das relações existenciais mantidas pelos humanos com o mundo que os rodeia [...]. Essas relações existenciais são experimentadas de diferentes maneiras (elas são perceptivas, afectivas, imaginárias, cognitivas, práticas). Mas elas são sobretudo também maneiras de estar implicado com o mundo (Besse, 2013, p. 35-36).

No mesmo sentido, o geógrafo Ribeiro (2007) observa que é necessário não considerar a paisagem apenas como uma soma de objetos ou de remanescentes de sistemas funcionais e

³ Segundo Smith (2023), discurso Autorizado do Patrimônio, ou DAP, é o “discurso hegemônico e profissional que enfatiza os valores nacionalizadores do patrimônio material e privilegia o papel dos detentores de conhecimento especializado como guardiões de tudo o que há de bom no passado.” (p.123).

espaciais, mas sim o fato de que elas apresentam descontinuidades e são a materialização de memórias diretamente relacionadas às comunidades.

Já para Cauquelin (2007), artista visual e filósofa, a natureza passou a ser vista como paisagem, porém não é a paisagem; firmou-se como forma simbólica do contato entre sujeito e natureza:

Desdobrar essas dobras é, claramente, criticar as “evidências” que nos dizem ser a paisagem idêntica à natureza. Subir o penhasco: a constituição da paisagem em natureza foi algo que teve longos séculos de preparação. Nascimento e credenciamento de uma forma simbólica. E tal forma simbólica, atuante em tudo o que se refere ao espetáculo da natureza, não é fácil de analisar: ela só se deixa surpreender em pequenos passos, prudentes (Cauquelin, 2007, p. 31).

Em se tratando do campo da arqueologia, Harrison (2018) traz uma visão do patrimônio compreendido como uma “uma série heterogênea e descontínua de domínios de práticas” e de “construção de futuros”:

O patrimônio funciona aqui como um estudo de caso que apresenta uma série de campos técnicos sobrepostos, preocupados com fazer-futuros através da conservação ativa de objetos particulares do passado, no presente, em antecipação a (e, portanto, trabalhando para produzir) futuros particulares. O patrimônio é seletivo e ativo nos passados, presentes e futuros que ele faz (Harrison, 2018, p. 92).

E é justamente com base nessa concomitância entre passado, presente e futuro do patrimônio que a pesquisa busca direcionar o seu olhar de uma forma mais conexa sobre o patrimônio cultural rural de Joinville, a qual é a maior cidade em população do estado de Santa Catarina e reconhecida por ser industrial⁴, e que conta também, em parte significativa de seu território, com a presença de atividades rurais e de paisagens culturais relacionadas à agricultura familiar, principalmente aquelas realizadas nas pequenas propriedades rurais que surgiram no período de colonização, com os imigrantes vindos da Europa na segunda metade do século XIX, enquanto era a Colônia Dona Francisca⁵. Parte dessas propriedades ainda é

⁴ Atualmente as atividades agropecuárias representam apenas 0,36% do produto interno bruto local, enquanto a indústria equivale a 26,49% e serviços a 40,32%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023).

⁵ Sobre a concentração da posse da terra e o desenvolvimento econômico inicial de Joinville, ver a tese de doutorado *Terra, trabalho e indústria na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920*, de Ferreira (2019).

administrada pelos descendentes das mesmas famílias rurais que mantiveram a sua configuração de ocupação do território por meio da antiga demarcação dos lotes coloniais, assim como as edificações remanescentes.

O presente artigo teve como objetivo central analisar o patrimônio cultural rural de Joinville considerando a arquitetura popular como parte da paisagem cultural. Buscou-se, neste texto, incluir alguns apontamentos sobre a legislação local vigente relacionada ao tema. Embora a história e o patrimônio cultural de Joinville tenham como base principal a colonização germânica no século XIX, o cenário encontrado nos espaços rurais não é nada alvissareiro. Percebe-se a disparidade entre bens tombados na zona rural e na zona urbana (Kalb; Flores, 2017). Além disso, o estado de degradação dos imóveis é resultado da mazela do poder público e da ação da especulação imobiliária que atinge as comunidades das áreas rurais. Tais constatações que apontam para um patrimônio em risco de desaparecimento podem ser comprovadas nos dados apresentados na pesquisa.

A metodologia proposta neste trabalho teve como base a pesquisa bibliográfica e documental, principalmente na prefeitura de Joinville, FCC e Iphan, acerca do patrimônio local, da história e das transformações da área rural de Joinville, e análise crítica das cartas patrimoniais e levantamento das legislações municipais relacionadas ao tema. As características da arquitetura popular existentes em Joinville e suas técnicas construtivas foram levantadas e analisadas por pesquisa de campo realizada nos últimos quatro anos, com visitas *in loco* às propriedades rurais, com base em levantamentos de dados de processos e listagens disponibilizados pelos órgãos gestores do patrimônio, assim como pesquisa cartográfica e no sistema de gestão cadastral do município com georreferenciamento. Buscou-se utilizar, para tanto, uma abordagem com base em referenciais teóricos interdisciplinares. Falta, e muito, na documentação disponibilizada pelas diferentes instâncias patrimoniais, as informações sobre a perspectiva comunitária. O distanciamento entre a sociedade e os patrimônios tombados ou as paisagens chanceladas é um importante fator para o atual cenário de risco vivenciado em diferentes espaços. Nesse sentido, a pesquisa de campo buscou trazer a comunidade não como mero coadjuvante, mas como partícipe fundamental para entender o sucesso ou as situações de risco enfrentadas pelos patrimônios rurais⁶.

⁶ A pesquisa não localizou a atuação de ONGs nos dados encontrados sobre Joinville.

Políticas públicas municipais voltadas à área rural

No que tange às especificidades do objeto de estudo e para melhor compreensão da dimensão do caráter rural de Joinville na atualidade, é necessário considerar os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2022 (IBGE, 2023), que mostram que a área da unidade territorial do município de Joinville é de 1.127,947 km², com densidade demográfica de 546,41 habitantes/km². Dessa área, apenas 137,60 km² correspondiam à área urbanizada, em 2019. Já o censo agropecuário de 2017 diz que os 1.476 estabelecimentos agropecuários existentes em Joinville ocupam 36.039 hectares (ou 360,39 km²), que correspondem ao significativo percentual de 31,95% da área do município, ou seja, quase um terço de seu território. Embora as áreas de preservação ambiental ocupem a maior parte da área total, elas coexistem.

Essas constatações são importantes para o entendimento da conformação das paisagens urbanas e rurais e de como se dá a relação entre elas, assim como da agricultura em Joinville. É interessante, portanto, sublinhar os seguintes dados: em 1.452 dos estabelecimentos levantados pelo IBGE (2023), o pessoal ocupado (trabalhadores rurais) tem laço de parentesco com o produtor e 1.110 deles são de produtores individuais, o que remete à manutenção das características históricas no tipo de ocupação das pequenas propriedades rurais dos colonizadores, destinadas desde o século XIX à agricultura familiar.

Sobre a produção agropecuária atual (2022) existente no município, destacam-se os produtos a seguir pelo expressivo número de estabelecimentos e pela área ocupada:

- aipim: 537 estabelecimentos com 50 pés e mais e 359 hectares de área colhida;
- palmito: 293 estabelecimentos com 50 pés e mais, ocupando 2.189 hectares (486 de área colhida);
- banana: 279 estabelecimentos com 50 pés e mais, ocupando 750 hectares (473 de área colhida);
- arroz: 135 estabelecimentos com 50 pés e mais, com 2.659 hectares de área colhida.

Segundo dados do Observatório Agro Catarinense (2024), Joinville ocupa a 17.^a posição, no *ranking* dos municípios, de área plantada para produção de arroz em Santa Catarina, com 3.170 hectares e produção de 23.775 toneladas em 2023/2024. Percebe-se, com isso, que o arroz e o palmito são as mais presentes produções nas paisagens agrárias locais, seguidos das plantações de banana e aipim.

Chama a atenção também o fato de que 904 estabelecimentos agropecuários possuem florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 183 têm matas ou florestas naturais e 78 florestas plantadas. Portanto, na maior parte deles, mantêm-se as florestas e matas naturais, o que instiga a investigação sobre a relação do patrimônio ambiental com o patrimônio cultural nas propriedades rurais joinvilenses.

Diante dessa forte e ainda atual presença da agricultura nas paisagens, em pesquisa da legislação de Joinville relacionada à área rural, verificou-se que de 2021 em diante algumas políticas públicas municipais foram criadas, tais como a Lei Ordinária n. 9.035, de 18 de novembro de 2021, que “institui a política municipal de apoio ao turismo rural na agricultura familiar (Traf) no município de Joinville” (Joinville, 2021). Tal lei menciona o patrimônio cultural, assim como as paisagens culturais, nos seguintes trechos:

Art 2.º: Para efeitos desta Lei, considera-se:

I - Turismo Rural na Agricultura Familiar (Traf): conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e *promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade*;

[...]

IV - Unidade territorial de desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar (Traf): área geográfica constituída por unidades agrícolas familiares que *compartilham aspectos agropecuários, culturais, históricos, sociais e ambientais* e que poderá ter a denominação de circuitos, roteiros, rotas, caminhos, trilhas, colônias, comunidades, entre outras;

V - agricultor familiar e empreendedor familiar rural: aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- a) não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais;
- b) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Parágrafo único. *Também são beneficiários desta lei os pescadores artesanais, quilombolas, assentados da reforma agrária e as comunidades indígenas.*

Art 3.º Consideram-se atividades de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Traf):

[...]

VIII - *Práticas de valorização do patrimônio histórico-cultural, material e imaterial, seja através da visitação a locais e edificações patrimoniais de natureza cultural, arquitetônica e paisagística, seja pela fruição de práticas e bens artísticos, folclóricos, entre outras.*

[...]

Art. 5.º As iniciativas de apoio do Poder Público Municipal ao Turismo Rural na Agricultura Familiar (Traf) deverão estar alicerçadas e comprometidas com os seguintes princípios:

VIII - *fortalecimento dos territórios rurais, com a preservação das paisagens culturais associadas e o fomento às formas associativas de organização social (Joinville, 2021, grifos nossos).*

Alguns meses depois, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural foi instituído. Juntamente com ele, houve a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, como órgão consultivo e deliberativo, por meio da Lei Ordinária n. 9.096, de 4 de janeiro de 2022, o qual é composto das seguintes diretrizes que constam de um de seus artigos, entre outras:

Art 2.º: Para efeitos desta Lei, considera-se:

I - *Fortalecimento da Agricultura Familiar: tem como finalidade a elaboração e execução de programas e projetos para estimular a geração de renda no uso da mão de obra familiar, através de incentivos fiscais e subsídios à melhoria da infraestrutura e o desenvolvimento do segmento;*

II - *Sustentabilidade Socioeconômica, Cultural e Ambiental: tem como escopo a elaboração de projetos e programas que venham a garantir o bem-estar da população rural e da qualidade ambiental, fortalecendo políticas públicas que incluam a agricultura familiar (Joinville, 2022b, grifo nosso).*

No mesmo ano foi criada a Lei Complementar n. 639, de 22 de dezembro de 2022, instituindo o tratamento tributário diferenciado a ser dispensado ao agricultor familiar e à atividade de turismo rural na agricultura familiar (Joinville, 2022a), que compreende os serviços prestados pelo empreendedor de agricultura familiar no imóvel rural, elencados no artigo 3.º da Lei n. 9.035, citada anteriormente. Nessa lei, estão detalhadas algumas isenções tributárias para o agricultor familiar, mas não se menciona a preservação do patrimônio material ou imaterial nem das paisagens.

A análise dos dados apresentados evidencia a relação entre a ocupação territorial, a atividade agropecuária e a preservação ambiental e cultural. Apesar de a densidade demográfica ser significativa, a área efetivamente urbanizada de Joinville é reduzida, enquanto grande parte do território é ocupada por estabelecimentos agropecuários e áreas de preservação ambiental. Percebe-se que há diversidade agrícola, que está vinculada às características culturais, paisagísticas e ambientais locais. Simultaneamente, a manutenção de florestas naturais em muitos estabelecimentos reforça a forte relação existente entre o patrimônio ambiental, as práticas agrícolas locais e a paisagem. Essas dinâmicas reforçam a importância de políticas que buscam garantir o equilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e a proteção das paisagens e dos patrimônios culturais e ambientais, a fim de que a população rural tenha condições de permanecer em suas propriedades.

Panorama do patrimônio rural joinvilense

Não obstante a relevância histórica e cultural das atividades agropecuárias e da comunidade rural de Joinville, destaca-se que nesta pesquisa não foram identificadas muitas ações de proteção na área rural considerando a preservação do entorno dos bens ou da paisagem, para além da arquitetura, até o lançamento dos RNI, em 2007, do qual o município fez parte. As exceções foram a inclusão de 100 metros de entorno da Casa Krüger pelo estado em 1996 (Quadro 2) e o tombamento municipal em 2005 da ponte coberta em madeira Alfonso Altrak, localizada na região Piraí.

Apesar disso, a Lei Ordinária n. 1.773, de 1980, que dispõe sobre o patrimônio municipal de Joinville, já cita as paisagens como passíveis de tombamento, porém com destaque aos sambaquis, conforme é possível verificar em seu artigo 1.º:

Constitui o Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville os bens imóveis, existentes em seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por seu valor cultural a qualquer título.

§ 1.º - Equiparam-se aos bens a que se refere o *caput* deste artigo, sendo, por conseguinte, sujeito ao tombamento, os *monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza, especialmente os sambaquis, respeitada a legislação permanente.*

§ 2.º - Os bens a que se refere o presente artigo passarão a integrar o Patrimônio Histórico aqui entendido em sua acepção mais ampla, como sua

inscrição, isolada ou agrupada, no Livro de Tombo (Joinville, 1980, p. 1, grifo nosso).

O projeto dos RNI foi o resultado de estudos⁷ iniciados nos anos 1980 e finalmente efetivado em 2007 na gestão do então ministro da Cultura Gilberto Gil⁸.

Foram três imóveis rurais tombados pelo Iphan em Joinville por conta dos RNI⁹ (Quadro 1):

- Casa Krüger, Wally (inscrita nos livros do tomo histórico e belas-artes), que hoje se encontra no perímetro urbano. Essa casa foi a sede de uma propriedade rural importante e representa um portal de entrada para a Estrada Dona Francisca (rodovia SC-418) e suas adjacências, por sua localização ao encontro da estrada com a BR-101;
- Casa Fleith, Alvino, inscrita nos livros do tomo histórico e belas-artes e a única das três registrada no livro arqueológico, etnográfico e paisagístico;
- Casa Schwitzky, Erna, inscrita nos livros do tomo histórico e belas-artes.

Denominação	Casa Krüger	Casa Fleith	Casa Schwitzky
Localização	Rodovia SC-418, 14.530/Estrada Dona Francisca, Pirabeiraba	Estrada do Pico, 27, Pirabeiraba	Estrada Quiriri
Nome atribuído	Edificações e núcleos urbanos e rurais relacionados à imigração em Santa Catarina Casa Krüger, Wally	Edificações e núcleos urbanos e rurais relacionados à imigração em Santa Catarina Casa Fleith, Alvino	Edificações e núcleos urbanos e rurais relacionados à imigração em Santa Catarina Casa Schwitzky, Otto
Uso original/uso atual	Propriedade rural com residência/Centro de Atendimento ao Turista	Propriedade rural com residência	Propriedade rural com residência
Proprietário	Prefeitura de Joinville	Família Fleith	Família Schwitzky
Tombamento	Federal, estadual e municipal	Federal, estadual, municipal (em processo)	Federal, estadual, municipal (em processo)

⁷ Coordenados pelo arquiteto catarinense Dalmo Vieira Filho, refletem em grande parte a sua visão sobre o patrimônio da imigração europeia, durante o período em que esteve à frente da Superintendência Regional do Iphan em Santa Catarina. Vieira Filho conseguiu, enfim, implantar o projeto quando atuou como diretor do Departamento de Patrimônio Material no Iphan em Brasília (DF).

⁸ Gilberto Gil foi a Pomerode (SC), distante 80 km de Joinville, para a solenidade de lançamento do projeto, que ocorreu no Sítio Tribess, uma das propriedades tombadas pelo Iphan para integrar os RNI, no dia 27 de agosto de 2007.

⁹ A Estação Ferroviária de Joinville também foi tombada pelo Iphan naquele momento.

Ano de construção	1925	1913	1910 (aproximadamente)
Técnicas construtivas	Alvenaria autoportante de tijolos maciços. Anexo com técnica enxaimel	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes
Tipologia arquitetônica	Estilo eclético com influência germânica (teuto-brasileira)	Arquitetura popular teuto-brasileira	Arquitetura popular teuto-brasileira
Livro do Tombo	Histórico e Belas-Artes	Arqueológico, etnográfico e paisagístico; Histórico; e Belas-Artes	Histórico e Belas-Artes
Ano do tombamento	1996 – tombamento estadual 2007 – tombamento federal (inscrito em 2015)	2001 – tombamento estadual 2007 – tombamento federal (inscrito em 2015)	2001 – tombamento estadual 2007 – tombamento federal (inscrito em 2015)
Imagens	 Fonte: Prefeitura de Joinville (2023)	 Fonte: Iphan (s.d.)	 Fonte: Iphan (s.d.)

Quadro 1. Bens imóveis rurais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina, localizados em Joinville (SC). Fonte: elaborado pelos autores com base em Iphan (2024).

Comparando as três propriedades rurais com o tombamento federal, percebe-se que a Casa Krüger (Centro de Atendimento ao Turista) é um exemplar da arquitetura eclética, com evidente intenção estilística. A presença de arcos plenos, gradis, balaustradas e pinturas murais em estêncil em seus ambientes internos e afrescos em suas varandas reflete a classe social e o modo de vida de seus habitantes.

Durante uma obra de restauração e requalificação realizada pela prefeitura no ano 2000, foi construída uma releitura do rancho que existia próximo à casa Krüger. Portanto, a única edificação original atualmente é a antiga residência em alvenaria autoportante, com o seu anexo nos fundos com técnica enxaimel. Ademais, o seu lote e a paisagem do entorno foram desconfigurados pelo traçado da rodovia BR-101 e pelas transformações ocorridas ao longo dos anos¹⁰.

Já as outras duas casas tombadas representam o tipo de habitação da grande maioria das propriedades rurais em que a técnica enxaimel era a mais utilizada, com o uso da madeira

¹⁰ Atualmente, há um novo projeto de restauração da Casa Krüger em andamento, elaborado por empresa contratada por licitação pelo município, segundo dados fornecidos pela equipe técnica da prefeitura de Joinville.

disponível nas matas nativas da região e mão de obra dos mestres carpinteiros que provavelmente trouxeram o saber dessa técnica de seus países de origem (principalmente Alemanha e Suíça), conformando uma arquitetura popular ou vernacular, com algumas características específicas que se manifestam em Joinville, e refletindo o modo de vida daqueles que nelas viviam e trabalhavam. Seus lotes mantêm a conformação próxima à original, com o seu conjunto de estruturas relacionadas ao trabalho no campo, ranchos, e a paisagem do entorno sofreu relativamente poucas alterações no decorrer do tempo, mantendo parte de seus usos, suas características e atividades rurais¹¹.

No âmbito estadual, a quantidade de tombamentos foi mais generosa, com o total de 24 na área rural – as três propriedades tombadas pelo Iphan também fazem parte dessa seleção. Destaca-se o fato de a Casa Krüger já ter sido tombada pelo estado de Santa Catarina em 1996, definindo a preservação em 100 m de seu entorno, e a Casa Fleith em 2001 (FCC, 2010), alguns anos antes da criação oficial dos RNI.

	Localização	Ano de tombamento	Técnicas construtivas/tipologia arquitetônica	Imagens Fonte: FCC (s.d.)
Casa Hannes	Estrada do Pico, s/n.	2001	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Bertha Wiener	Estrada Mildau, Sucam, 90	2001	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Eugênio Hardt	Estrada Dona Francisca, 45	2001	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	

¹¹ Observações com base em pesquisa de campo realizada no decorrer dos últimos quatro anos.

Ponte Friederich Piske	Ponte coberta sobre o Rio Cubatão, Estrada do Pico	2000 (tombamento provisório)	Ponte de concreto com cobertura em madeira, não original. A versão anterior foi destruída quase completamente em 1999 por chuvas torrenciais.	
Casa Hardt, Herbert (RNI)	Estrada Dona Francisca, km 4, poste 85. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Nehls, Armand (RNI)	Estrada do Rio da Prata, margem direita, s/n. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Pabst, Alex (RNI)	Estrada do Rio da Prata, margem direita, s/n. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Pabst, Erwin (RNI)	Estrada do Rio da Prata, 147, casa 2, Sucam, 63. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Pabst, Leopold (RNI)	Estrada do Rio da Prata, 147, casa 1. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Rutz, Adolfo (RNI)	Estrada do Rio da Prata, s/n., poste 71. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Não é possível verificar pela foto. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Bartz, Valdir (RNI)	Estrada do Rio da Prata, s/n., última casa. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	

Casa Neitzel, Livino (RNI)	Estrada do Quiriri, 1.491. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Alvenaria autoportante de tijolos maciços. Estilo eclético com influência germânica (teuto-brasileira).	
Casa Roessler, Arno (RNI)	Estrada Dona Francisca, km 9, Sucam, 106. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Voigt, Ivo (RNI)	Estrada Dona Francisca, 1.815, km 2. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Gomes de Oliveira, João (RNI)	Estrada Dona Francisca, 1.613, km 2. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Alvenaria autoportante de tijolos maciços. Estilo eclético com influência germânica (teuto-brasileira).	
Casa Parucker (RNI)	Estrada Dona Francisca, 2.870, km 3. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes e alvenaria autoportante de tijolos maciços. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Nehls, Gerhard (RNI)	Estrada Mildau, 1.151. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Philipi, Ulmar (RNI)	Estrada Mildau, 1.379 (Sucam 59). Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	
Casa Pabst, João (RNI)	Estrada da Tromba, 630. Entorno de 100 m	2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)	Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.	

<p>Casa Habeck, Guilherme (RNI)</p>	<p>Estrada da Tromba, 851. Entorno de 100 m</p>	<p>2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)</p>	<p>Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.</p>	
<p>Casa Bärhwaldt, Alvin (RNI)</p>	<p>Estrada da Tromba, s/n. – direita. Entorno de 100 m</p>	<p>2007 – tombamento estadual (homologação em 2018)</p>	<p>Técnica enxaimel com fechamento em tijolos maciços aparentes. Arquitetura popular teuto-brasileira.</p>	

Quadro 2. Bens imóveis rurais tombados pelo estado de Santa Catarina localizados em Joinville (SC). Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da FCC (2023).

Os imóveis destacados em cinza escuro também são tombados pelo município de Joinville (processos concluídos), e os em cinza claro estão em processo de proteção. Nota-se que do catálogo de tombamentos estaduais da FCC (2023) constam poucas informações sobre os imóveis, porém há o *link* com as coordenadas geográficas de suas localizações, o que viabiliza a visitação por parte do público interessado, ou pelo menos a sua contemplação externa.

Quanto ao patrimônio rural protegido pelo município por tombamento ou pelo Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ), verificou-se que da lista de imóveis com proteção cultural de Joinville (Joinville, 2024) só constam os bens inseridos no perímetro urbano atual. Entretanto, após a solicitação de informações ao setor responsável, foi possível ter acesso aos seguintes dados: da lista fornecida com 37 imóveis, apenas quatro deles possuem tombamento municipal, com o processo já concluído (Figura 1). São eles: Igreja da comunidade Bom Jesus (localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, às margens da Baía Babitonga); casa João Gomes de Oliveira, rancho e residência de Alvin Bärhwaldt, já tombada pelo estado em função dos RNI (Quadro 2); e ponte coberta Alfonso Altrak (Estrada Blumenau), na região Pirai.

Sobre a ponte coberta, o seu tombamento municipal, feito a pedido da comunidade, foi realizado por decreto em 2005 “após a sua terceira reconstrução, como patrimônio histórico, arquitetônico e natural e destaca, dentre outras considerações, os seus aspectos simbólicos” (Soto, 2023, p. 8). A respeito desse bem, depois de sua destruição quase total em 2016 por um forte vendaval, foi deliberada somente em 2022 pela Comissão do Patrimônio Histórico,

Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville, “em uma decisão inédita no município em função das especificidades da situação” (Soto, 2023, p. 12), a “alteração do processo de tombamento de bem imóvel para paisagem e posterior inclusão no IPCJ, haja vista que é inviável a reconstrução da ponte original” (FCJ, 2022a, p. 4). Em consonância com essa decisão da comissão, o município tem planos de construir no local uma “ponte memorial”, com arquitetura contemporânea, prevendo locais de contemplação da paisagem circundante e painéis expositivos com a história da ponte original e da região¹².

Dois imóveis são protegidos pelo IPCJ: Rua Santa Catarina, 11.111; e Rua Santa Catarina, 12.400, ambas propriedades rurais com edificações com técnica enxaimel em área distante da região da Dona Francisca, na porção mais ao sul do município.

Cabe mencionar também a Escola Municipal Júlio Machado da Luz, a qual é tombada pelo município por possuir em seu lote a edificação com técnica enxaimel, que foi sua sede original, um exemplar das escolas rurais alemãs que também abrigavam a residência do professor. Hoje está inserida na área urbana, no bairro Nova Brasília, distante da região rural Dona Francisca. Por esse motivo, consta da lista de imóveis urbanos protegidos, porém localiza-se muito perto do limite do perímetro urbano, passou por obra de restauração recente (2020)¹³ e representa um modelo escolar utilizado nas áreas rurais da região no período da segunda metade do século XIX até a campanha de nacionalização durante o governo Getúlio Vargas, de acordo com o historiador Dilney Cunha (*apud* FCJ, 2013).

Dos 31 imóveis restantes, 30 ainda estão em processo ou de tombamento ou de inventário, e um deles teve seu processo encerrado (Figura 2), pois a prefeitura só considera os processos como concluídos após o registro de averbação na documentação, apesar de a lei de tombamento municipal “estabelece[r] que os bens tombados pela União e pelo Estado serão também pelo Município, de ofício” (Joinville, 1980). Vale esclarecer que os mapas aqui apresentados (Figuras 1 e 2) foram gerados por meio do Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas antes da conclusão do tombamento da casa João Gomes de Oliveira com

¹² Sobre esse bem, suas especificidades e o projeto proposto, recomenda-se a leitura de Soto (2023).

¹³ Projeto arquitetônico de restauro e acessibilidade de autoria das arquitetas Simone Schroeder e Anne Soto, técnicas de carreira da PMJ.

rancho (Portaria n. 157/2024, de 31 de julho de 2024, para sua inclusão no IPCJ). Por esse motivo, essa casa não foi incluída na Figura 1 e ainda consta como “em processo” da Figura 2.

Nota-se, pela Figura 2, que a maioria dos imóveis rurais (mais de 80%) em processo de proteção pelo município de Joinville se encontra na região da Estrada Dona Francisca, na área contemplada pelos RNI. Aqui se faz importante citar a pesquisa intitulada *Mapeamento da arquitetura rural com a técnica enxaimel em Joinville-SC* (Soto, 2021)¹⁴, realizada na região do Piraí (Estrada Blumenau, Estrada Comprida e região do Rio Piraí), que não foi contemplada pelos RNI. O material abrange 60 propriedades rurais nessa região rural que possuem exemplares da arquitetura com técnica enxaimel e evidencia, portanto, o estado de risco enfrentado pelo patrimônio rural joinvilense. Essa região apresenta um relevante acervo patrimonial que não conta com nenhuma proteção ou que não é atendido como poderia por políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio e ao incentivo da permanência de seus proprietários no campo.

¹⁴ A iniciativa foi selecionada entre as cinco principais ações para a preservação do patrimônio cultural brasileiro na etapa Sul do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do IPHAN no ano de 2022.

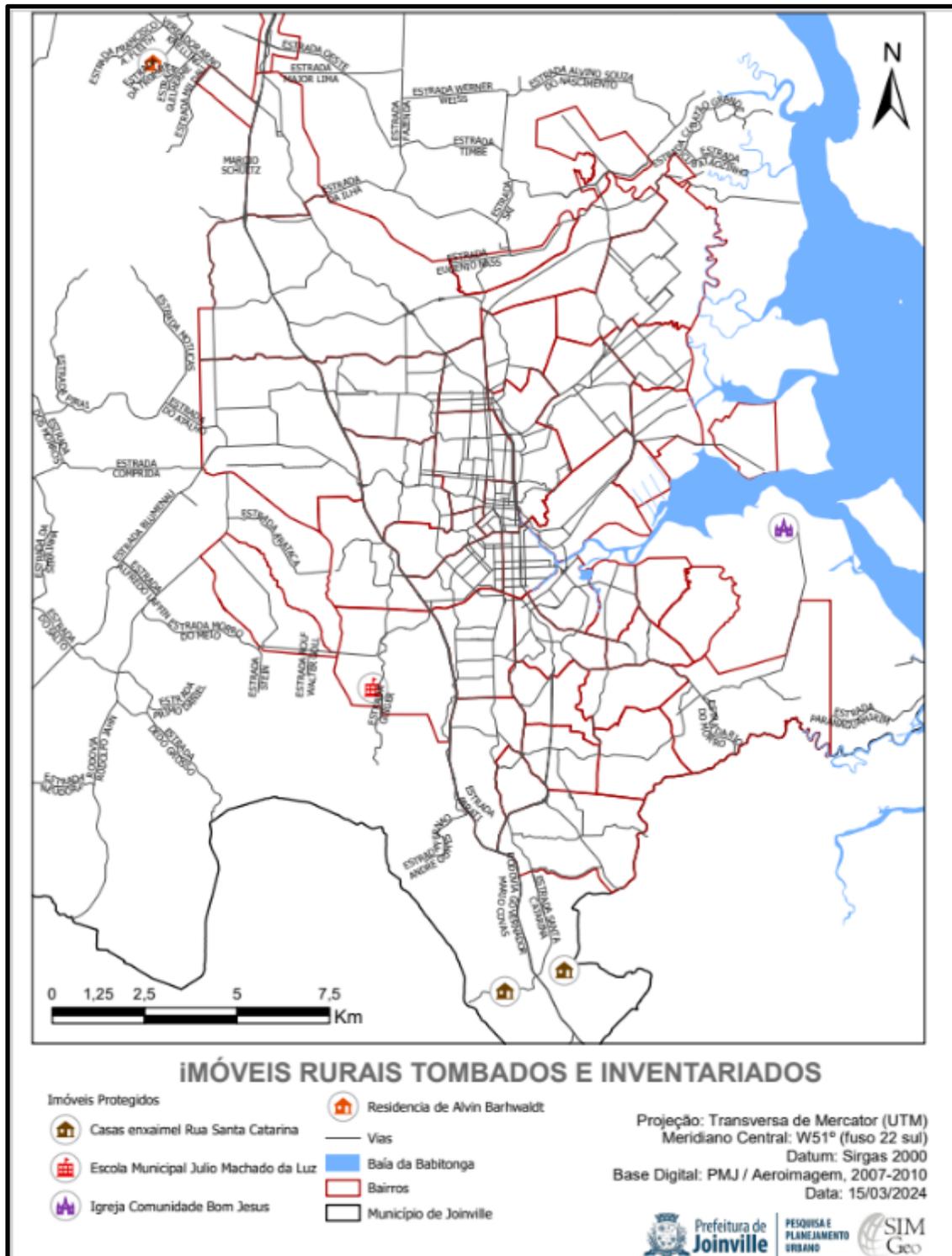


Figura 1. Mapa dos imóveis rurais tombados e inventariados cadastrados no Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas, em Joinville (SC). Fonte: Sepur-PMJ (2024).

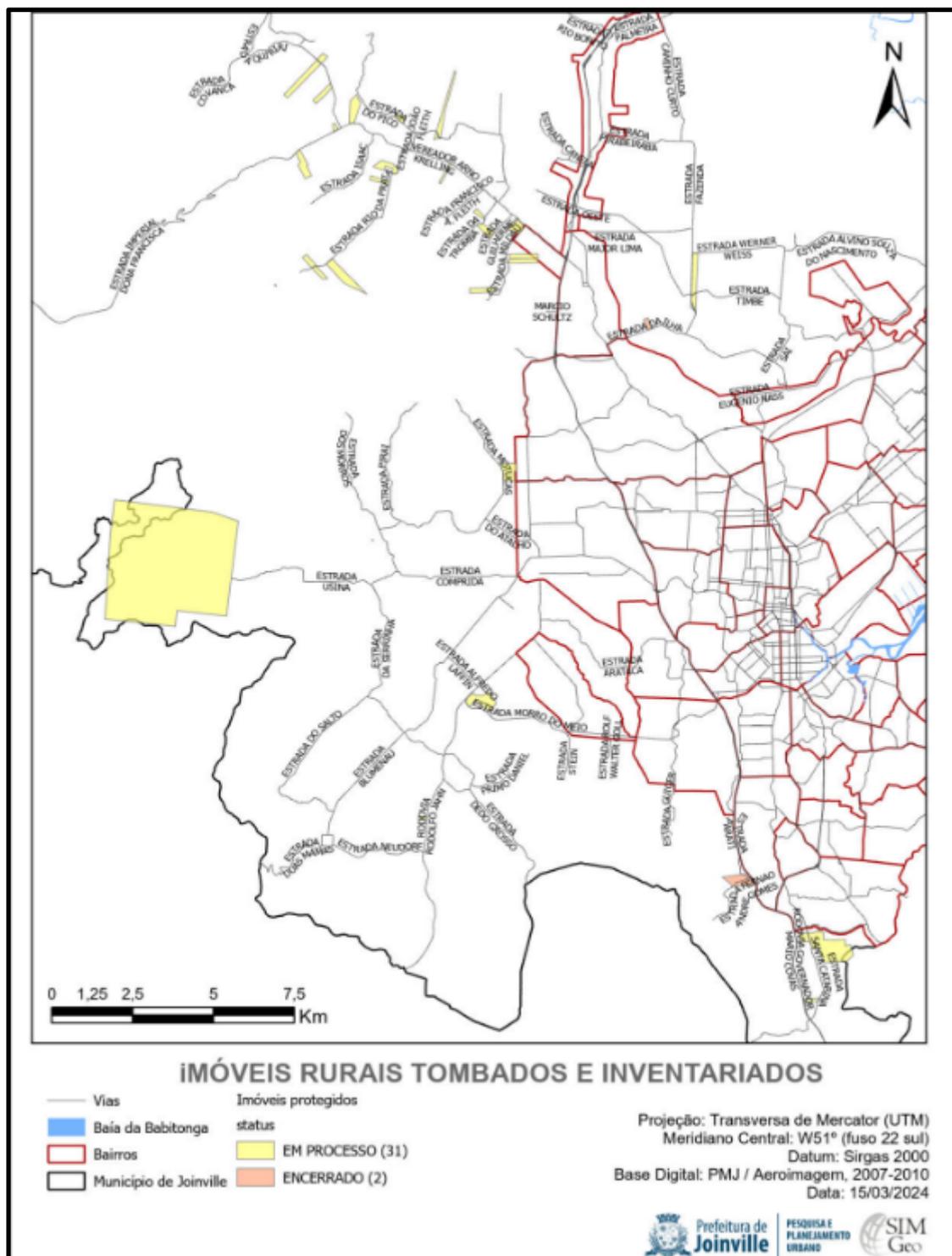


Figura 2. Mapa dos imóveis rurais de Joinville (SC) em processo de tombamento ou inventário cadastrados no Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas. Fonte: Sepur-PMJ (2024).

Cabe mencionar o registro, no ano de 2023, como patrimônio cultural imaterial do município, realizado a pedido da Associação Joinvilense de Tiro ao Alvo, de 11 sociedades de

tiro ao alvo esportivo de Joinville¹⁵ no Livro de Registro de Lugares, Livro de Registro de Saberes e Livro de Registro de Celebrações, com base na Lei do IPCJ:

A prática do tiro ao alvo esportivo é tão tradicional no Brasil, que o país tem sua primeira medalha de ouro olímpica nesta categoria, em 1920, na cidade de Antuérpia. Além de que sua prática regular no país, acontece desde a fundação da Sociedade de Tiro, no Rio de Janeiro, em 1810. Contudo é notório o costume e institucionalização em associações de tiro ao alvo, nas localidades de cultura germânica no Brasil. Estes aspectos demonstram a importância de entender e preservar esta prática esportiva, nestas localidades.

Três das sociedades registradas estão localizadas na área rural: Dona Francisca e Rio da Prata¹⁶, na região dos RNI, e Sociedade Piraí – Salão Jacob, na região do Piraí. Nelas, para além da prática do tiro esportivo e celebrações relacionadas, ocorrem algumas festas populares organizadas pelos agricultores, como a Festa do Tiro Rei dos Reis e Rainha das Rainhas, a Festa do Aipim, a Festa da Colheita, a Festa do Colono, entre outras.

Recentemente o queijo *kochkäse*, produzido em Joinville e no Vale do Itajaí, foi registrado como patrimônio imaterial do estado de Santa Catarina¹⁷, pela Lei estadual n. 18.925, de 3 de junho de 2024.

Para além do patrimônio cultural material e imaterial rural protegido por instrumentos legais específicos e aqui identificado e analisado, Joinville possui uma comunidade remanescente de quilombo, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares por meio da Portaria n. 70, de 8 de abril de 2019. Trata-se da Comunidade Beco do Caminho Curto¹⁸, localizada na área rural em Pirabeiraba, a cerca de 1 km de distância do antigo engenho de

¹⁵ Sociedade Esportiva e Recreativa Alvorada; Sociedade Desportiva e Cultural Cruzeiro Joinvilense; Döhler Esporte Clube de Tiro ao Alvo; Sociedade Recreativa e de Tiro ao Alvo Dona Francisca; Sociedade Recreativa e Esportiva Esmeralda; Estrela Esporte Clube; Lírica Associação Cultural e Artística; Sociedade Recreativa Esportiva Tiro ao Alvo Operário; Sociedade Esportiva e Recreativa Piraí; Sociedade Rio da Prata; e Associação Esportiva e Recreativa Ipiranga (FCJ, 2022b).

¹⁶ Nessa sociedade a atleta joinvilense de tiro esportivo Geovana Meyer, de 22 anos, que representou o Brasil nas Olimpíadas de Paris no ano corrente, aprendeu a prática do tiro. Informação disponível em Gonçalves (2024).

¹⁷ Sobre a relação da produção do *kochkäse* (queijo cozido, em alemão) com a paisagem rural de Joinville, ver a dissertação de mestrado de Morales (2020).

¹⁸ A comunidade tem sido objeto de pesquisas, tais como um projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido pela Universidade da Região de Joinville.

açúcar datado do século XIX, que pertenceu ao Duque de Aumale (irmão do Príncipe de Joinville) e que está em processo de tombamento municipal.

O que fica evidente, nesse caso, é o olvidamento do patrimônio relacionado aos afrodescendentes e indígenas, que são de grande importância para a cultura de Joinville. Com exceção dos sítios arqueológicos dos sambaquis¹⁹ protegidos por lei federal, os quais são estruturas remanescentes pré-coloniais dos povos sambaquianos, e da criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville nos anos 1970, não houve por muito tempo o reconhecimento oficial da relevância dos vestígios materiais ou imateriais que não estivessem diretamente ligados à imigração europeia.

Como aponta Pesavento (2004), a cidade, ou no caso do objeto de estudo a área rural, é como um *palimpsesto* cuja superposição de camadas do passado e do presente deve ser considerada por suas intervenções no patrimônio arquitetônico e tem a oportunidade de trazer a compreensão das conexões ou rupturas necessárias de forma sensível. Cabe ressaltar que o termo trazido pela autora foi utilizado também, vinte anos depois, na *Recomendação sobre reconhecimento, planejamento e gestão de paisagens culturais* (Icomos Brasil, 2024), citada na introdução deste artigo.

Um exemplo que deixa muito clara essa superposição a ser revelada nas paisagens culturais de Joinville é um sítio arqueológico do tipo estrutura subterrânea inserido no lote de uma das propriedades rurais protegidas pelo IPCJ, situada na Rua Santa Catarina. Trata-se de “prováveis casas subterrâneas e pequenos aterros (sítios da Tradição Itararé)”²⁰ localizados próximo a uma edificação com técnica enxaimel. Todavia, percebe-se o apagamento dessas camadas mais profundas do bem patrimonial, uma vez que essa informação não está acessível para todos. O fato de a mesma paisagem apresentar reminiscências materiais de diferentes culturas e populações e datadas com uma diferença de séculos entre elas, as quais são parte das paisagens da área rural de Joinville, e uma dessas camadas ser mais destacada por meio

¹⁹ São 34 sítios arqueológicos (sambaquis) registrados na área rural de Joinville, segundo o Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas, a maioria deles localizada próxima à Baía Babitonga. Apesar de não serem classificados como patrimônio rural, acredita-se que é importante compreender as diversas camadas sobrepostas na área de estudo.

²⁰ Sobre o diagnóstico arqueológico que identificou esse sítio em 2004, verificar Consórcio Veja-Azimute (2004).

de sua proteção por inventário, traz uma série de reflexões a serem provocadas e pesquisadas com maior profundidade.

Considerações finais

Não obstante a criação das políticas públicas municipais mencionadas anteriormente, não são percebidas ações integradas que contemplem a compreensão da totalidade do patrimônio rural de Joinville, material e imaterial, cultural e ambiental. Vê-se a intenção do poder público de incentivo ao turismo rural, entretanto as informações estão fragmentadas entre as esferas municipal, estadual ou federal. No que diz respeito aos impactos econômicos e sociais das políticas patrimoniais nas áreas rurais, Joinville ainda apresenta resultados acanhados. Fora dos patrimônios mais tradicionais, localizados nas áreas urbanas, como o caso da casa enxaimel que integra o acervo do Museu Nacional de Imigração e Colonização – MNIC, se enfrenta o desafio de preservar o patrimônio rural e as memórias e práticas cotidianas da comunidade. Daí nossa preocupação em levantar dados ainda pouco disponibilizados e discutidos nas diferentes instâncias patrimoniais, buscando enfrentar uma realidade bastante desafiadora.

Nos sítios eletrônicos oficiais, por exemplo, encontram-se catálogos específicos para tombamento do estado de Santa Catarina (FCC) ou federais (Iphan), e nos da prefeitura de Joinville não constam os bens da área rural na relação disponível, somente os urbanos. Tampouco foi identificado um mapeamento ou lista geral do patrimônio material (urbano, arquitetônico, móvel e arqueológico ou imaterial); portanto, não fica evidente a conexão entre todos os bens. Naqueles sítios voltados ao turismo, como o *Turismo Rural de Joinville* criado pela Associação de Turismo Eco-rural de Joinville (ATERJ, 2025), o foco não é o patrimônio cultural. Há informações sobre atrações de tipos variados, como agroturismo, *camping*, gastronomia, produtos coloniais etc., em quatro rotas rurais: Caminhos de Dona Francisca, Caminhos do Piraí, Estrada Bonita e Estrada da Ilha. Já no sítio do Convention Bureau (2025), *Visite Joinville*, há um guia chamado “trilha do patrimônio histórico”, que abrange somente alguns bens imóveis tombados do centro da cidade. Destaca-se o sítio *Joinville Turismo Cultural*

(Martins, 2016), que é mantido por uma arquiteta e urbanista, e nele são apresentados os caminhos a serem percorridos nas regiões da área rural.

Até o momento, não foi identificada a disponibilidade de um mapa geral ou listagem com a localização e informações sobre todos os bens imóveis protegidos de Joinville (rurais e urbanos). No Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas é possível localizá-los, porém o seu acesso é limitado a quem conhece a ferramenta e esta utiliza uma abordagem técnica de difícil leitura para a maioria da população. O grande público, portanto, não consegue acessar essas informações, tampouco há materiais disponíveis para ações de educação patrimonial nas escolas. Surpreendentemente, constata-se que o projeto RNI não é citado nos veículos oficiais da Secretaria Municipal de Turismo ou da prefeitura, apesar do número expressivo de tombamentos realizados em consequência de sua criação.

O que se percebe com base no panorama do patrimônio rural apresentado no presente artigo é que, embora a arquitetura com técnica enxaimel seja considerada uma das principais heranças na narrativa de identidade germânica da cidade e some a maior parte dos bens tombados, as áreas rurais não recebem a mesma atenção por parte do poder público, em comparação com a área urbana. Ademais, Joinville possui uma diversidade privilegiada que permeia o riquíssimo e numeroso acervo de patrimônio arqueológico pré-colonial, patrimônio indígena, comunidade quilombola reconhecida, patrimônios imateriais registrados, patrimônio arquitetônico numeroso e paisagem cultural rural incluído em um roteiro chancelado pelo Iphan.

Acredita-se que este artigo é, assim, um passo a somar na continuidade das investigações que estão por vir sobre o patrimônio rural de Joinville, que poderão contribuir para as futuras ações e políticas públicas relacionadas ao tema por um olhar mais abrangente, diverso e sensível. O patrimônio cultural rural é dinâmico, integra novas tecnologias e saberes com o passar do tempo, ao mesmo tempo que enfrenta o desafio de preservar os bens e as memórias que compõem a paisagem criada e recriada pelos homens e mulheres do campo. De maneira geral, as iniciativas ligadas ao turismo e às políticas públicas têm sido insuficientes para solucionar o risco da perda desse patrimônio. O esforço da comunidade de preservar os seus bens e saberes tem enfrentado obstáculos, principalmente pelo impacto crescente da especulação imobiliária e pelo descaso do Estado. Ou seja, convive-se com a triste sina do

esquecimento e de se ver transformado em ruínas um patrimônio vivo, ainda em transmissão para as gerações futuras de agricultores.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

Referências

ALTHOFF, Fátima Regina. *Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ATERJ. *Turismo Rural Joinville*, © 2025. Rotas rurais de Joinville. Disponível em: <https://turismoruraljoinville.com.br/>. Acesso em 04 mai. 2025.

BESSE, Jean-Marc. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In: CARDOSO, Isabel Lopes (coord.). *Paisagem e patrimônio: aproximações pluridisciplinares*. Porto: Chaia, 2013. p. 33-53.

BESSE, Jean-Marc. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. *GeoUsp*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-252, 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009. *Diário Oficial da União*, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_127_de_30_de_Abril_de_2009.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.

BRASIL. Portaria n. 70, de 8 de abril de 2019. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=10/05/2019&jornal=515&pagina=12&totalArquivos=69>. Acesso em: 05 nov. 2024.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). *Carta sobre o patrimônio construído vernáculo*. Icomos, 1999. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/40Cartapatrim%C3%B3niovern%C3%A1culo1999.pdf>. Acesso em: 1.º mar. 2024.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS DO BRASIL (ICOMOS BRASIL). *Recomendação sobre reconhecimento, planejamento e gestão de paisagens culturais*. Icomos Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.icomos.org.br/>. Acesso em: 03 out. 2024.

CONSÓRCIO VEJA-AZIMUTE. *Relatório de impacto ambiental: contorno ferroviário de Joinville/SC*. Consórcio Veja-Azimute, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/download/meio-ambiente/acoes-e-atividades/estudos-ambientais/ferrovia-joinville.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

CONVENTION BUREAU. *Visite Joinville*, © 2025. Turismo e eventos em Joinville. Disponível em: <https://www.visitejoinville.com.br/>. Acesso em 04 mai. 2025.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. *Terra, trabalho e indústria na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-19082019-135708/pt-br.php>. Acesso em: 03 ago. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL CATARINENSE (FCC). *Patrimônio material*. FCC, 2010. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/patrimonio-material>. Acesso em: 01 ago. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE (FCJ). *Levantamento histórico da Escola Júlio Machado da Luz (antiga Escola Acre)*. Joinville: FCJ, 2013.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE (FCJ). *Ata de reunião da Comphaan n. 379*. Joinville: FCJ, 2022a.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE (FCJ). *Deliberação Comphaan n. 124.22*. Joinville: FCJ, 2022b.

GONÇALVES, Bernardo. Joinvilense conquista vaga para Olimpíadas de Paris e representará Brasil no tiro esportivo; conheça atleta. *O Município*, Joinville, 2024. Disponível em: <https://omunicipiojoinville.com/joinvilense-conquista-vaga-para-olimpiadas-de-paris-e-representara-brasil-no-tiro-esportivo-conheca-atleta>. Acesso em: 07 set. 2024.

HARRISON, Rodney. Arqueologias de futuros e presentes emergentes. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 12, n. 2, p. 2018. Disponível em: https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10070367/7/Harrison_Arqueologias_de_futuros_e_presentes_emergentes_VoR.pdf. Acesso em 02 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. Brasil: IBGE, 2023.

JOINVILLE. *Lei ordinária n. 1.773, de 1980*. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e natural do município de Joinville. Joinville, 1980. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/1980/177/1773/lei-ordinaria-n-1773-1980-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-arqueologico-artistico-e-natural-do-municipio-de-joinville>. Acesso em: 15 mar. 2024.

JOINVILLE. *Lei Ordinária n. 9.035, de 18 de novembro de 2021*. Institui a política municipal de apoio ao turismo rural na agricultura familiar (Traf) no município de Joinville. Joinville, 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/2021/904/9035/lei-ordinaria-n-9035-2021>.

ordinaria-n-9035-2021-institui-a-atividade-de-turismo-rural-na-agricultura-familiar-traf-no-municipio-de-joinville-e-estabelece-outras-providencias. Acesso em: 15 mar 2024.

JOINVILLE. *Lei complementar n. 639, de 22 de dezembro de 2022*. Institui, no âmbito do município de Joinville, tratamento tributário diferenciado – TTD, a ser dispensado ao agricultor familiar e à atividade de Turismo Rural na Agricultura Familiar – Traf, que compreende os serviços prestados pelo Empreendedor de Agricultura Familiar no imóvel rural, elencados no artigo 3.º da Lei n. 9.035, de 18 de novembro de 2021. Joinville, 2022a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-complementar/2022/64/639/lei-complementar-n-639-2022-institui-no-ambito-do-municipio-de-joinville-tratamento-tributario-diferenciado-ttd-a-ser-dispensado-ao-agricultor-familiar-e-a-atividade-de-turismo-rural-na-agricultura-familiar-traf-que-compreende-os-servicos-prestados-pelo-empresendedor-de-agricultura-familiar-no-imovel-rural-elencados-no-artigo-3-da-lei-n-9035-de-18-de-novembro-de-2021>. Acesso em: 15 mar. 2024.

JOINVILLE. *Lei Ordinária n. 9.096, de 4 de janeiro de 2022*. Institui o Plano de Desenvolvimento Rural de Joinville e cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Comder. Joinville, 2022b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/2022/910/9096/lei-ordinaria-n-9096-2022-institui-o-plano-de-desenvolvimento-rural-de-joinville-e-cria-o-conselho-municipal-de-desenvolvimento-rural-comder>. Acesso em: 15 mar. 2024.

JOINVILLE. *Lista de imóveis com proteção cultural*. Joinville, 2024. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/listas-de-imoveis-com-protacao-cultural/>. Acesso em: 04 set. 2024.

KALB, Christiane Heloisa; FLORES, Maria Bernardete Ramos. O campo do patrimônio cultural da cidade de Joinville (2013–2016): agentes, limites e diagnóstico. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 3, n. 2, p. 172-189, 2017.

MARTINS, Rosana Barreto. *Joinville Turismo Cultural*, © 2016. Promovendo e apoiando o Turismo Cultural Urbano e Rural de Joinville. Disponível em: <https://joinvilleturismocultural.com/>. Acesso em 04 mai. 2025.

MORALES, Carmen Lorena Fernandes. *Saberes e práticas alimentares na paisagem cultural do Rio da Prata, em Joinville/SC*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2020. Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/2012181/Carmen_Lorena_Fernandes_Morales.pdf. Acesso em: 09 out. 2024.

OBSERVATÓRIO AGRO CATARINENSE. *Produção agropecuária. Área e produtividade*. Observatório Agro Catarinense. Disponível em: <https://www.observatorioagro.sc.gov.br/areas-tematicas/producao-agropecuaria/paineis/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *Esboços: Histórias em Contextos Globais*, v. 11, n. 11, p. 25-30, 2004.

PISTORELLO, Daniela. *O Brasil da diversidade? Patrimônio e paisagem cultural no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 140-154, 2021. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1957/749>. Acesso em 02 mai. 2025.

SMITH, Laurajane. O discurso autorizado do patrimônio e a fabricação do Patrimônio Cultural em contextos contemporâneos. *Revista Confluências Culturais, Dossiê Diálogos interdisciplinares sobre paisagem cultural*, Universidade da Região de Joinville, v. 12, n. 2, p. 122-135, 2023. Disponível em: <https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/2206/1727>. Acesso em 02 mai. 2025.

SOTO, Anne E. R. *Mapeamento da arquitetura rural com a técnica enxaimel em Joinville-SC*. Joinville, 2021. Caderno técnico. Disponível em: <http://iab-sc.org.br/2021/12/mapaenxaimel/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SOTO, Anne E. R. O complexo caso da ponte coberta Alfonso Altrak, em Joinville – SC. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, Belo Horizonte, 2023. *Anais [...]*. 2023. Disponível em: <http://www.even3.com.br/anais/paisagemcultural>. Acesso em: 2 mar. 2024.

SOTO, Anne E. R.; MEIRA, Roberta Barros; CARELLI, Mariluci Neis. Paisagem agrária e arquitetura popular: o patrimônio cultural rural de Joinville-SC na contemporaneidade. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, Belo Horizonte, 2023. *Anais [...]*. 2023. Disponível em: <http://www.even3.com.br/anais/paisagemcultural>. Acesso em: 2 mar 2024.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

Anna Elise Rosa Soto é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville-Univille. Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade - PGAU / UFSC e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É arquiteta concursada da Prefeitura Municipal de Joinville. É presidente do Núcleo Joinville do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB/SC; professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da Univille.

Roberta Barros Meira é docente do curso de História e do Programa de Pós-Graduação e Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville - Univille. Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense, mestrado e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Possui pós-doutorado pela Universidad

Nacional de Tucumán-Argentina (2022). Coordenadora do GT Patrimônio Cultural da ANPUH-SC. Editora da Revista História e Economia e editora da Revista Confluências Culturais. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 CNPq.

Mariluci Neis Carelli é docente do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação e Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville - Univille. É doutora em Engenharia da Produção (2004), mestre em Sociologia (1992) e bacharel em Serviço Social (1985), todos pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC/Brasil. Coordena o grupo de pesquisa Cultura e Sustentabilidade, tem publicado temas sobre patrimônio ambiental, paisagem cultural, patrimônio industrial e sustentabilidade na contemporaneidade.

Texto recebido em: 10/10/2024

Texto aprovado em: 20/12/2024